

INVESTIGAÇÃO

Chefe de tribunal é afastado

Ministro Flávio Dino determina afastamento por 180 dias de Daniel Brandão, presidente da corte de contas do Maranhão

» ALÍCIA BERNARDES

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o afastamento, por 180 dias, do presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA), Daniel Itapary Brandão. Sobrinho do governador Carlos Brandão (MDB), o conselheiro é alvo de uma investigação da Polícia Federal que apura possíveis conexões entre um esquema de desvio de recursos públicos, pagamento de propinas, obstrução das apurações e o assassinato do empresário João Bosco Sobrinho, ocorrido em São Luís, em agosto de 2022.

A medida foi solicitada pela PF e, segundo o ministro Dino, busca preservar a investigação diante da possibilidade de o conselheiro influenciar diretamente a produção de provas. Na decisão, o ministro afirma que há elementos que

justificam o aprofundamento das apurações sobre a eventual participação de Daniel Brandão nos acontecimentos que antecederam o homicídio e sobre uma possível ligação dele com pagamentos ilícitos relacionados a contratos públicos.

Dino também considerou a relevância institucional do cargo ocupado pelo conselheiro e o poder do TCE-MA na fiscalização de recursos públicos. Para o magistrado, a permanência de Brandão na presidência do tribunal poderia representar risco à investigação. O afastamento, contudo, tem natureza cautelar. Não significa condenação ou conclusão definitiva sobre a autoria de crimes.

Além de retirá-lo da presidência, Dino proibiu Daniel Brandão de acessar as dependências e os sistemas do TCE-MA; participar de eventos públicos ou privados em razão do cargo; utilizar bens e serviços fornecidos pelo tribunal, como veículos, funcionários,

TCE MA/Divulgação



Daniel Brandão alega inocência: “perplexidade” com afastamento

passagens aéreas e celulares.

O ministro também determinou que ele não mantenha contato com o governador Carlos Brandão e com

outros investigados pela Polícia Federal. As restrições foram impostas para evitar, segundo a decisão, eventual interferência na coleta de provas

e no andamento das investigações.

Dino acrescentou que o TCE-MA não poderia ser presidido por alguém que, segundo as investigações, “figura no epicentro de investigações sobre um homicídio, além do mau uso de recursos públicos, cobrança de propinas e pagamentos fraudulentos”.

O caso começou com o assassinato de João Bosco Sobrinho, empresário morto a tiros no edifício Tech Office, na região da Ponta d'Areia, em São Luís. Em 2024, a Justiça maranhense condenou Gibson Cutrim Soares Júnior, apontado como executor do crime. A investigação inicial da Polícia Civil do Maranhão tratava o homicídio como resultado de um desentendimento pessoal. Com o avanço das apurações, porém, surgiu a suspeita de que o assassinato estaria relacionado a uma disputa envolvendo pagamentos ilícitos e a divisão de propinas ligadas a contratos públicos.

Imagens registradas no local do crime passaram a ser consideradas relevantes para a investigação porque mostram Daniel Brandão em parte da reunião realizada antes dos disparos. De acordo com os elementos reunidos posteriormente pela Polícia Federal, o encontro teria relação com a discussão sobre valores.

A PF passou a investigar, também, por que a presença de Daniel Brandão no local não teria sido registrada na apuração inicial conduzida pela Polícia Civil. Segundo a decisão de Dino, essa circunstância reforça a necessidade de esclarecer se houve tentativa deliberada de retirar o nome do conselheiro do foco das investigações.

Daniel Brandão nega as acusações. Em comunicado divulgado após a decisão, afirmou ter recebido a notícia do afastamento com “profunda perplexidade” e declarou “absoluta inocência”.

FRAUDES NO INSS

Futuro na Suíça, joias e lobby

» RENATO SOUZA

As investigações da Polícia Federal sobre as fraudes no Instituto Nacional de Seguro Social reforçam as ligações entre a lobista Roberta Luchsinger, o empresário Fábio Luís Lula da Silva e o ex-chefe de gabinete do presidente Lula Marco Aurélio Ribeiro, conhecido como Marcola.

Em uma série de mensagens identificadas pela PF, Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, conversa sobre negócios com a empresária Roberta Luchsinger. Os diálogos foram encontrados no celular de Roberta, alvo de um mandado de busca e apreensão. O inquérito apura suposto tráfico de influência de Lulinha em entes do governo federal.

Em uma das mensagens, em

março de 2024, Roberta e Lulinha comentam sobre objetivos comuns. “Nosso nível tá outro. Nosso futuro é a Suíça”, diz a lobista ao filho do presidente. Lulinha e a amiga falam ainda sobre reuniões entre “ZP” e “Fernando” e integrantes do governo Lula.

“Marcola não quer. Ele tá incomodado”, afirma Roberta. Lulinha responde: “Já é o terceiro almoço que tenho com ele e ele pede para ser só entre nós”.

Segundo a Polícia Federal, Roberta Luchsinger é apontada como ligada a Antonio Camilo Antunes, o “Careca do INSS”, acusado de ser o operador do esquema de fraudes nos benefícios de aposentados e pensionistas.

Lulinha é suspeito de atuar na autorização para comercialização de produtos à base de cannabis. Ele nega as acusações e diz não ter cometido irregularidades. Atualmente, três inquéritos investigam o filho do presidente. O chefe do Executivo não é alvo das diligências, e não há indícios de qualquer participação dele em eventuais irregularidades. Porém, as revelações geram incomodo em aliados do presidente Lula, que criticam, especialmente, a conduta de Marcola e consideram que as conversas identificadas não são republicanas.

Diamantes

A investigação da Polícia Federal

revela também uma relação de confiança entre Roberta Luchsinger e Marcola. A lobista comprou joias para o ex-chefe de gabinete de Lula, segundo revelou o jornalista Lauro Jardim, de *O Globo*. A aquisição foi identificada em uma das conversas e de acordo com os investigadores, os presentes foram comprados no Dia das Mães de 2024. Roberta chegou a mandar um recibo para Marcola, no valor de R\$ 9,2 mil.

A defesa de Roberta Luchsinger informou que o caso está sob sigilo e que não haverá posicionamento neste momento. Os advogados de Marcola não comentaram o caso. As joias identificadas consistem em um colar de brilhantes e duas pedras de diamantes solitários.

Os inquéritos que tratam da atuação estão em curso no Supremo Tribunal Federal. Dois estão sob relatoria do ministro André Mendonça, e um deles é conduzido pelo ministro Flávio Dino.

Marco Aurélio Ribeiro foi chefe de gabinete do presidente Lula até 21 de julho. Ele estava escalado para assumir funções na campanha de reeleição do chefe do Executivo, mas o plano naufragou após a revelação de que o ex-assessor recebeu recursos de Roberta Luchsinger. Ao explicar as transferências, Marcola disse que se tratava de um “empréstimo pessoal”, no valor de, aproximadamente, R\$ 250 mil, e que a quantia havia sido devolvida.

DEBATE

CANDIDATOS AO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

1 DE SETEMBRO

A PARTIR DAS 20H30

▶

📺

CORREIO.BRAZILIENSE

Transmissão ao vivo no YouTube e redes sociais do Correio Braziliense

Apoio:

Realização:

Produção:

FIBRA

CORREIO BRAZILIENSE

TV BRÁSILIA

CB Brands ESTÚDIO DE CONTEÚDO